

CIDADE, URBANO E MOVIMENTOS: SOBRE A FORMAÇÃO DO URBANO E A AÇÃO DOS GRUPOS SOCIOESPACIAIS “EXCLUÍDOS” – UM OLHAR SOBRE RECIFE/PE¹

Otávio Augusto Alves dos Santos

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano da UFPE (MDU)

otavioaas@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho procura desenvolver uma sucinta reflexão sobre os conceitos de cidade e de espaço urbano, tomando como ponto de partida a realidade citadino-urbana do Recife/PE. No primeiro momento, procura-se entender a distinção entre cidade e urbano, mostrando como se deu a constituição do espaço urbano nas cidades, sobretudo nas cidades brasileiras, e especificamente na cidade do Recife. No segundo momento, tenta-se definir o que é espaço urbano no mundo contemporâneo, bem como procura-se identificar quais os agentes de sua constituição e os conflitos que se instauram por conta da ação de cada um. E no terceiro momento procura-se demonstrar como se efetiva a ação daqueles cujas condições de vida estão socialmente precarizadas pelo modelo de urbanização em curso. Acredita-se, por fim, que as ações dos grupos socioespaciais “excluídos” podem se constituir em lutas pela construção de territórios de vida garantidores da cidadania, caracterizando assim um esforço de resgate da cidade em sua acepção primeira, ou seja, enquanto lugar da política.

Palavras-chave: Espaço Urbano, Urbanização, Movimentos Sociais Urbanos, Recife

CITY, URBAN AND MOVEMENT: ON THE FORMATION OF URBAN AND THE ACTION OF "EXCLUDED" SOCIO-SPATIAL GROUPS - A LOOK AT RECIFE / PE

Abstract:

This study seeks to develop a brief reflection on the concepts of city and urban space, taking as a starting point the city-urban reality of Recife / PE. At first, we seek to understand the distinction between city and urban, showing how was the constitution of urban space in the cities, especially in Brazilian cities, and specifically the city of Recife. In the second stage, the intent is to define what urban is in the contemporary world, and seeks to identify the agents of their constitution and the conflicts that are established due to the action of each one. And in the third time we seek to demonstrate how the action of those, whose livings are socially precarious by the ongoing urbanization model, is implemented. Finally, we believe that the actions of the "excluded" socio-spatial groups can become a struggle for the construction of life territories capable of guaranteeing citizenship, thus characterizing an effort to rescue the meaning of city in its first sense, namely as a place of policy.

Keywords: Urban Area. Urbanization. Urban Social Movements. Recife

1 Introdução

O presente escrito tem por pretensão desenvolver uma breve reflexão a respeito de categorias extensamente discutidas no âmbito de diversas disciplinas, mas que tem na geografia um largo leque de concepções e perspectivas filosóficas: a cidade, o espaço urbano

¹ Texto produzido no âmbito da disciplina “Teoria da Formação do Urbano”, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE).

e seus construtores. Embora se constituam objeto de embates teóricos ainda inconclusos, procuro defini-los estabelecendo uma relação entre eles a partir da perspectiva que venho defendendo, mesmo que de maneira implícita, em escritos anteriores.

Há uma importante distinção entre o conceito de “cidade” e o de “urbano” a qual temos de tomar por base quando procuramos definir e entender as práticas dos agentes formadores do espaço urbano. Como propõe Lefebvre (1970, 1978), é necessário compreender “a cidade” enquanto o lugar da política, sendo “o urbano” seu próprio processo de transformação no sentido de constante expansão e dominação do campo, processo marcado pela tomada da cidade por parte do comércio, pela indústria e depois pela exaltação do consumo, ou seja, pelo próprio desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. Dessa forma, os agentes formadores do espaço da cidade nem sempre correspondem ao do espaço urbano.

No primeiro momento, procuro descrever de maneira sucinta essa distinção, mostrando como se deu a constituição do urbano nas cidades, sobretudo nas cidades brasileiras, e especificamente na cidade do Recife. No segundo momento, tento definir o espaço urbano no mundo contemporâneo, bem como identificar os agentes de sua constituição e os conflitos que se instauram mediante o choque entre as ações de cada um. E no terceiro momento procuro demonstrar como se efetiva a ação daqueles cujas condições de vida são socialmente precarizadas pela urbanização, ação essa que pode se constituir numa luta pela construção de seus territórios de vida, num esforço de resgate da cidade.

2 Da cidade ao urbano

Para entendermos a produção do urbano, faz-se necessário, antes de tudo, entendê-lo enquanto um processo dinâmico que surge na cidade, mas que não se limita a ela. É preciso também partir de um entendimento da cidade enquanto um modelo de relação socioespacial que se realiza mediante sua relação antagônica e ao mesmo tempo complementar com o campo. A cidade surge na Grécia Antiga enquanto lócus privilegiado da atividade política, ela toma forma como reflexo das mudanças nas formas de relação hegemônicas mediante resultado do conflito entre os interesses dos habitantes das cidades contra uma oligarquia rural que controlava o poder e a produção de riquezas. A passagem do poder do *genos*, da solidariedade familiar, para a *demos*, das instituições impessoais e democráticas, significou uma ruptura nos padrões de organização espacial. Os povos antes apenas unidos por laços sanguíneos (clãs) que viviam entorno da exploração da produção agrícola dispersos por suas terras, passaram a conviver, tendo que para isso desenvolver certas regras de coabitação. O pequeno e hierarquizado espaço de vida familiar que antes caracterizava o mundo rural, passou a ser paulatinamente dominado pelos diversos e conflituosos espaços das cidades que, aos poucos, tornaram-se os lugares das primeiras experiências democráticas.

No mundo antigo oriental, todavia, é possível constatar uma precedência da cidade. Esse espaço ocupando centralidade e hegemonia sobre o campo desde seu surgimento. Lendárias cidades como Çatal Huyuk, Ur e Jericó são descobertas arqueológicas relativamente recentes e põe em xeque a ideia de um período “pré-citadino” onde o campo possuía hegemonia. Mas o fato é que em ambos os casos a cidade surge e se desenvolve no âmbito de sua relação com o campo, no sentido de sua dominação. É na cidade onde novas formas de relação socioespacial insurgem, como no período de desenvolvimento do comércio medieval europeu, por exemplo, onde as cidades passaram a dar suporte às trocas comerciais de mercadorias produzidas no campo. É lá, na cidade, onde os diferentes valores de uso

passaram a incorporar valores de troca, fomentando o processo o qual, mais tarde, iria fazer surgir a produção mercantil.

Na história, o que se pode chamar de “cidade medieval” foi, durante os séculos XIV, XV e XVI, paulatinamente invadida pelo comércio desenvolvido por aqueles indivíduos desgarrados das relações feudais (que mais tarde iriam ser denominados burgueses). Como descreve Lewis Mumford, as muralhas medievais que protegiam castelos, igrejas e mosteiros imponentes sucumbiram ao desenvolvimento das *praças de mercado*, onde eram comercializados, entre outras coisas, a produção agrícola próxima (MUMFORD, 1965). A cidade foi se caracterizando enquanto o lugar para onde se destinava a produção agrícola e onde também se determinava o valor das mercadorias no processo da troca, o que em última instância sempre teve o trabalho como base. É dessa forma que foi se desdobrando o contínuo processo de dominação da cidade sobre o campo. Como afirma Monte-mór (2006, p. 08):

[...] a *cidade mercantil*, o lugar central para onde os excedentes regionais eram voluntariamente trazidos e comercializados, resulta da entrada da burguesia na cidade, e sua eventual conquista. Os burgos mercantis deram novo sentido e força à cidade política, transformando-a em centro mercantil. A relação campo-cidade teve então sua primeira inflexão, e a extração do mais-produto não era mais apenas possibilitada pela coerção político-ideológica e militar, mas também de um movimento voluntário do campo em direção à capacidade articuladora da cidade enquanto *locus* do mercado. A inflexão do campo à cidade foi então marcada pela economia: a produção do campo só se realizava na praça de mercado, modificando e ampliando a dominação da cidade sobre o campo.

É bom desde já esclarecer que essa inflexão nunca significou o total enfraquecimento do campo diante de sua situação de subordinação à cidade. Essa relação subordinação-dominação, como se sabe, sempre foi muito mais uma relação de interdependência do que de anulação um do outro, pois a cidade sempre necessitou do campo para além de manter sua dominação, manter também sua própria reprodução. O campo, por sua vez, sempre abasteceu a cidade e ao mesmo tempo teve naquele lugar o meio de escoamento dos excedentes de sua produção e provimento dos bens e serviços muitas vezes necessários a sua reprodução.

Mas o que há de mais importante a se destacar nesse primeiro momento, de desenvolvimento das relações mercantis, é que a cidade passa a se direcionar à formação do urbano, pois é nos burgos, nas praças de mercado, nos entrecruzamentos das rotas comerciais que começam a se propagar um novo modelo de relações socioespaciais, relações essas que tinham a economia como motor, mas se desdobravam e se influenciavam mutuamente a aspectos culturais e políticos específicos.

O segundo momento da formação mais geral do urbano se deu com a industrialização, e a essa etapa Lefebvre (2001 [1968]) deu o devido destaque. Esse autor chega a afirmar que o urbano é decorrente apenas do processo de industrialização e que antes da indústria o que se viam eram Cidades-obras *locus* da vida cotidiana, que não ocupavam centralidade no modelo de relações hegemônico, até porque apenas uma pequena parcela da população habitavam esses centros. A cidade oriental, a grega arcaica e a medieval, que eram políticas ou comerciais e que tinham um valor enquanto obras humanas tiveram suas características transfiguradas pelo advento da indústria moderna. Embora tenham surgido poucas “cidades industriais” no início da industrialização européia, o próprio caráter expansivo do modo de produção capitalista se transplantou para o próprio modelo de urbanização, tonando-se também característica da própria produção de todo o espaço social. Por isso, toda urbanização

sempre foi essencialmente expansiva e nunca se limitou ao tecido da cidade, chegando a impor suas regras às demais cidades e ao campo também.

O espaço urbano então nascente se estendeu para além dos limites da cidade, transformando áreas periféricas, as cidades próximas e o campo. Pouca coisa conseguiu efetivamente resistir a urbanização que, para Lefebvre (2001 [1968], 1970), corresponde ao próprio processo de modernização capitalista. Tal processo, por sua vez, tem realizado a total subordinação do campo em relação a cidade (embora, como por mim defendido, essa subordinação sempre signifique muito mais interdependências do que anulação do outro). Ademais, além de locus privilegiado para a atividade política e para a troca de excedentes da produção agrícola, essa “Coketown”, para usar o termo apregoado por Mumford (1965), também passou a ser o lugar da transformação dessa produção primitiva para novos produtos com novos valores agregados, o que sempre correspondeu a mais trabalho agregado. Em decorrência disso, a urbanização trouxe uma série de modificações espaciais que visavam dar respaldo a reprodução das condições gerais de produção então hegemônicas, incluindo as condições de reprodução coletiva da força de trabalho.

A urbanização, que significa o processo de realização do urbano, trouxe no cerne de sua atuação, como aponta Lefebvre (2001 [1968]), a destruição da cidade enquanto arte humana, lugar da tríade “comércio, poder e frivolidade”, em detrimento de uma cidade enquanto mercadoria, destinada a troca e a mais-valia. Esse autor afirma ainda que a realidade cidadina depende do valor-de-uso, mas a industrialização e a centralidade da mercadoria no mundo moderno faz com que tudo na cidade possua um valor-de-troca (além de seu valor-de-uso). Tudo na cidade passa a ser comercializável, o que significa dizer que passa a ser destinado a obtenção de mais-valia, destinação essa que serve, entre outras coisas, para o crescimento do próprio modo de produção hegemônico.

Depois, um terceiro momento que se pode admitir nesse processo de formação do urbano diz respeito a intensificação e ao fortalecimento do processo de modernização/industrialização/urbanização da cidade e o conseqüente transbordamento desse processo em direção ao campo. Uma nova forma de vida é instaurada na cidade a partir de do século XX, forma essa que está altamente pautada em um consumo crescente dos próprios produtos do mercado monopolista. O Estado passa a garantir a reprodução social por meio dos programas assistencialistas, garantindo também, dessa forma, a manutenção das condições de reprodução do sistema capitalista. O campo se volta à reprodução desse modelo também na medida em que pauta sua produção para abastecer os consumidores urbanos. Para isso, inovações no modo de produção agrícola são introduzidas com vistas a maximizar o processo produtivo para atender a demanda sempre crescente tanto na cidade como no próprio campo.

Nessa cidade do consumo, o caráter contraditório da modernização capitalista transparece na estrutura espacial, desencadeando uma intensa fragmentação onde ilhas de riqueza e bolsões de pobreza convivem conflituosamente. Mas, comum a todos esses fragmentos, há o direcionamento dos anseios sociais ao consumo arredo e reificado, no intuito de dar cabo a reprodução do sistema. Os esforços para reproduzir as condições de produção não param por aí, pois invadem a vida particular de cada indivíduo impondo aos seus corpos uma rígida disciplina, um conjunto de determinações que surgem de “fora pra dentro” dos indivíduos, sufocando-lhes a capacidade de agir autonomamente. O urbano também se efetiva de maneira particular, sobre os corpos, as mentes, os desejos!

O urbano sob a forma de cidade industrial e depois como cidade do consumo existe na Europa desde o século XIX, mas no Brasil vai se efetivar concretamente apenas a partir do início do século XX, quando o país efetivamente se industrializou (MONTE-MÓR, 2006). Todavia, isso não significa que o país apenas se modernizou no século XX, crença essa que, se levada a sério, constitui-se numa quimera sem precedentes. A modernidade sempre foi um

fenômeno global desde o século XVIII, e o Brasil já aspirava ao estilo de vida moderno muito antes o século XX. Suas cidades, por consequência, já respondiam aos ditames da urbanização. A busca por mais modernização é que se acirrou no início do século XX, fato que vai se repercutir na forte e seletiva industrialização dos grandes centros, sobretudo a capital do Estado de São Paulo, e na “mono-industrialização” de pequenas cidades que ofereciam vantagens locais. Esse processo vai se materializar graças a três distintas posturas governamentais de âmbito federal: o crescimento Vargasista; o desenvolvimentismo Juscelinista; e o desenvolvimento centralizado do período militar. Tais posturas, por sua vez, repercutiram-se em distintos momentos da política urbana. Os diferentes programas de higienização e modernização das cidades como a Fundação da Casa Popular e os conjuntos habitacionais viabilizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) são exemplos neste sentido.

Em Recife, o processo de urbanização se assenta numa cidade histórica, mas decadente no cenário nacional e lócus de enormes conflitos geo-políticos locais. Na cidade que insurgiu da lama, há muito já havia um forte processo de extensão e consolidação da malha urbana, mas sua efetiva urbanização só se deu com a chegada das primeiras indústrias (sobretudo as têxteis), o desenvolvimento do porto, a imigração advinda do campo e a consequente constituição de inúmeros fragmentos de pobreza encravados entre o cimento e os alagados. A regra majoritária na constituição dessa cidade sempre foi, desde o período colonial, a ocupação das planícies enxutas e de fácil arruamento pelas classes mais abastadas, relegando as áreas de planície alagada e encostas de morros para as classes subalternas. Edificou-se, dessa forma, uma cidade limpa e racional nos melhores sítios, ao passo que os segmentos socioeconomicamente mais precários foram obrigados a residir nos sítios mais complexos de serem devidamente habitados. Uma breve e brilhante descrição de todo esse processo nos é dada por Bitoun (2006, p. 257):

Desde os tempos coloniais e com a explosão urbana da segunda metade do século XX, de modo mais veloz e maciço, reproduz-se a cada geração uma apropriação do solo que configura um "círculo vicioso", fundamentado numa escassez socialmente criada a partir da apropriação jurídica (das sesmarias ao Código Civil) e do funcionamento do mercado de terras: A apropriação dos melhores terrenos por parte de setores sociais mais poderosos e o preço da terra, tornado inacessível pelos mecanismos formalizados do mercado, levam os setores menos poderosos e mais pobres a ocupar ambientes físicos que, para serem corretamente construídos, exigem custos maiores de engenharia e saberes mais complexos. As famílias construtoras, em situação de pobreza e com pouco acesso à informação, não podem lançar mão de soluções de engenharia adequadas à edificação em sítios físicos tais como as planícies de inundação e as vertentes íngremes, tanto pelos custos quanto pela visão sistêmica que exigem.

Como dito, com a urbanização do terceiro e quarto quartel do século XX, o processo de construção de uma cidade desigual se intensifica. Acirram-se os conflitos entre aqueles que se esforçam para a construção de uma “cidade à acumulação de capital” e aqueles que lutam para a construção de uma “cidade à realização plena da vida humana” (CASTILHO, 2011). A atuação do Estado, por sua vez, sempre deu maior respaldo aos interesses privados do que aos populares. Sua atuação limitou-se, em maior parte, a implementação dos planos de higienização e “haussmannização” do espaço. Os projetos de reorganização do tecido da cidade foram as máximas desse processo de ordenação/modernização, bem como a destruição sistemática das moradias precárias e a produção em massa de novas habitações. Sobre a

produção de moradia até o terceiro quartel do século XX, destacam-se no âmbito local: a *Liga Social Contra os Mocambos*², principal política de higienização urbana e produção de moradia no Recife durante o Estado Novo; e a atuação das companhias locais de habitação, as *COHABs*, existentes desde a década de 1970.

Em constante relação com esse processo, desenvolve-se, então, nos recortamentos desordenados da cidade, os movimentos sociais urbanos, sobretudo aqueles que traziam como pauta reivindicativa a questão da moradia. Eles insurgiram primeiro devido ao fato de que a urbanização em curso imprimia-lhes o tolhimento de suas liberdades, e segundo, porque as práticas urbanísticas tendiam a enclausurá-los em determinados territórios da cidade, impossibilitando a conquista de uma moradia ou um lote mais habitável, haja vista as condições rígidas e inacessíveis do financiamento de lotes e habitações por parte das políticas estatais de provimento da habitação popular³.

Por conta disso, esses movimentos lutavam por sua participação nos processos de planejamento, no intuito de situar-se como idealizadores e implementadores, junto ao corpo técnico do Estado, nas atividades de gestão da cidade. Esperava-se, dessa forma, tornar o acesso à habitação mais democrático e atender aqueles que sempre ficaram de fora das vias tradicionais de acesso. Mas é em resposta (e no sentido de conter) a essas pressões populares que, no fim da década de 1970 e início da década 1980, surgem os programas mais alternativos ou locais de tratamento da questão habitacional, tais como os Programas de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), o Programa de Financiamento da Construção e Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM) e o Programa de Erradicação de Sub-habitação (PROMORAR). Em nível local, conquistas efetivas como a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a consequente instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), bem como do Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)⁴, fortaleceram as lutas por moradia, pois a partir delas é que esses movimentos passaram a efetivamente atuar no planejamento e gestão urbanos.

3 O espaço urbano, seus agentes e seus conflitos

O urbano, portanto, nasce na cidade e direciona suas relações socioespaciais para o mercado capitalista, transformando o espaço citadino em espaço urbano. No Recife, como vimos, os detentores das terras enxutas citadinas e o urbanismo sempre foram os “carros

² Entidade onde participavam algumas secretarias do governo, industriais e alguns setores da Igreja católica. Seus objetivos eram destruir sistematicamente os mocambos incentivando a construção de vilas populares com o financiamento de vários institutos de pensão e aposentadoria.

³ Como afirma Bitoun (2010), o urbanismo surgiu na Europa para dar cabo a questão da habitação operária. Ele foi chamado à desenvolver mecanismos que possibilitassem o acesso a habitação por parte dos trabalhadores assalariados que, de uma forma ou de outra, possuíam condições de inserir-se em linhas de financiamento. Todavia, o urbanismo, tanto na Europa como no América Latina, tradicionalmente nunca possuiu uma solução efetiva para a questão da habitação do *lumpemproletariado*, ou seja, nunca houve alternativas concretas para os segmentos sociais sem trabalho e renda fixa, agentes os quais Souza (2011) prefere denominar como "hiperpreariado". Tais segmentos podem não se constituir numa importante parcela da população na maioria dos países europeus, mas com certeza ainda constituem a grande maioria nos países latino-americanos, assim como em suas cidades (no caso, o Recife).

⁴ A instituição do PREZEIS constituiu-se em um marco na luta dos movimentos sociais urbanos, uma vez que esta conquista foi uma primeira tentativa de solução elaborada junto com o povo (com o apoio da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz) a ser aprovada e instituída, antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988. O PREZEIS reconhecia o direito primordial à moradia, estando este direito, algumas vezes, acima das leis do direito à propriedade privada. Ele defendia a permanência das ocupações “irregulares”, desde que oferecessem condições de serem legalizadas e urbanizadas.

chefes” desse processo, tendo a ação política dos socioespacialmente excluídos como um opositor que sempre trouxe potencialmente a capacidade de salvaguardar a cidade. Cientes das especificidades locais e temporais, podemos sistematizar em esquemas teóricos a ação de cada um desses agentes? Afinal, podemos listar aqueles que promovem a construção do urbano? E como? O autor dessas linhas acredita que sim.

Mesmo tratando de maneira correspondente a cidade e o urbano, Corrêa (1995), no âmbito da produção do conhecimento geográfico brasileiro, é quem nos traz a mais singela e ao mesmo tempo rica interpretação sobre os agentes produtores do espaço urbano. Para esse autor, o espaço urbano, tratado como sinônimo de espaço citadino, possui quatro características basilares: é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social. O espaço é fragmentado porque reflete as relações de produção, mas seus fragmentos sustentam relações uns com os outros de maneira variável. Da mesma maneira que reflete, o espaço urbano também condiciona as relações sociais no sentido da manutenção do modo de produção o qual tais relações se acham imersas, pois as formas espaciais são criadas, antes de tudo, para fornecer as condições de reprodução do modelo que as produziu.

Essa concepção trazida por Corrêa (1995), todavia, possui algumas “casca de bananas”, pois mesmo dando o devido destaque ao todo social na produção do espaço, o autor acaba enveredando por uma perspectiva estruturalista que termina por atribuir demasiada importância às determinações econômicas, sobretudo quando afirma que o cotidiano e o futuro próximo no espaço urbano (tempos que sofrem maior influência da dimensão simbólica) se acham *enquadrados* (esse é o termo) pelos conflitos que se dão na esfera produtiva. Ainda assim, a contribuição de Corrêa (1995) não deixa de ter sua importância, sobretudo no que concerne a perspectiva crítica empreendida, fato através do qual me apoio para com este autor concordar sobre os agentes da produção do espaço urbano que ele mesmo elenca em sua obra. Cinco são eles: os *proprietários dos meios de produção*, os *proprietários fundiários*, os *promotores imobiliários*, o *Estado* e os *grupos sociais “excluídos”*. Eu adiciono apenas mais dois agentes que não foram mencionados pelo autor: os “organismos supra-estatais e financeiros” e os “consumidores” (consumers, consommateurs, consumatori, Verbraucher). Veremos detalhadamente a atuação de cada um, mas antes disso é necessário delimitar o que entendo por “espaço”, categoria até agora usada sem muito rigor.

O conceito de espaço aqui adotado é diferente do utilizado por Corrêa (1995), embora comungue com ele a perspectiva crítica. Tomo por base, portanto, a noção trazida por Moreira (2001, 2007) que compreende o espaço enquanto um *sistema de posições geográficas*. Para esse autor, o espaço nasce de maneira desordenada, na tensa relação entre localizações distintas, sendo esses lugares entendidos enquanto algo que é tomado livre dentro de um determinado limite, um recorte, ou simplesmente um território que informa a escala de atuação do corpo. O espaço se move e se organiza a partir da *espacialidade diferencial* (tomando de empréstimo o conceito apreçoado por Lacoste) desses recortes, desses territórios. Dessa forma, Moreira (2007) retoma a concepção aristotélica-leibziana de espaço, onde o lugar (algo tomado livre dentro de um determinado limite) possui um papel ontológico em sua compreensão. Para Moreira (2007), o espaço surge primeiro pela localização de um elemento estrutural por meio de um processo de seletividade (o sujeito da seletividade sendo o sujeito do espaço), depois outras localizações vão se dando em relação a primeira (ora numa relação assimétrica, garantindo a centralidade da primeira localização, ora de maneira simétrica, garantindo a alteridade das demais localizações), de forma que se tem mais tarde um arranjo de múltiplas localizações, uma distribuição. Instaura-se, a partir daí, a tensão estrutural do espaço, pois localização e distribuição passam a se engalfinhar na tentativa de determinar todo o espaço, fazendo dele “um sistema de localizações tensamente interligadas”. Tal tensão, por sua vez, é regulada ou ordenada pelas regras e normas de coabitação que, dependendo do tipo

de relações que se dão na base da formação do espaço, propiciam uma estrutura centralizadora ou alternadora. O ordenamento nesse sentido é o processo através do qual as relações entre as posições geográficas são encaminhadas a uma ordem de direção: a uma *sociedade do contra-espaço*, ou a uma *sociedade comunitária*. Diz Moreira (2007), o espaço surge na espacialidade diferencial de seus recortamentos, mas adquire universalidade e sentido de direção no próprio conflito entre os corpos. É da tensão entre os corpos, dos planos entrecruzados entre posições geográficas que nascem os *arranjos do espaço*.

Moreira (2001) também diz que o espaço se efetiva nas ações humanas por meio das práticas espaciais, sendo elas as categorias de construção geográfica das sociedades. Este autor (2001, p. 01) vai afirmar que "as práticas espaciais são ações que têm por base o binômio localização-distribuição [...]", sendo esse binômio o elemento que "[...] garante o caráter geográfico da configuração do espaço que as práticas espaciais dão à sociedade por meio delas construídas". Ele ainda afirma haver três fases no próprio processo de construção geográfica das sociedades: a *montagem*, onde a mais primordial das práticas espaciais se realizaria, a *seletividade*; a do *desenvolvimento*, tendo como práticas próprias a essa fase o processo de *tecnificação*, a *diversidade*, a *unidade*, a *tensão* (localização x distribuição), *negatividade* (unidade x diversidade, homogeneia x heterogeneia, identidade x diferença), *hegemonia*, *recortamento*, *escala* e *reproduzibilidade*; e, por último, a fase de *desdobramento*, onde se realizam práticas como a *mobilidade*, a *compressão*, a *urbanização*, a *fluidificação*, o *hibridismo* e a *sócio-densificação*. Sendo que todas essas práticas se realizam de maneira dinâmica e, em alguns casos, simultâneas, tendo o processo de *reestruturação* como aquele que reinicia todo o movimento.

Infelizmente não cabe aqui explicar como acontece cada prática espacial supracitada, por isso apenas detalharei aquela que nos interessa no momento, ou seja, aquela efetivada pelos agentes do espaço urbano, a "urbanização". Tal prática, que se inscreve na fase de desdobramento da constituição geográfica das sociedades, constitui-se, portanto, numa prática comum a todos os agentes do espaço urbano (tomando como escala a construção geográfica da sociedade). As ações dos proprietários dos meios de produção e fundiários, dos organismos financeiros, dos promotores imobiliários, do Estado, dos consumidores e até mesmo dos grupos sociais "excluídos" se encontram nessa fase. Como afirma Moreira (2001), a urbanização é a expressão mais evidente da prática espacial que se materializa anteriormente, a mobilidade. Ela, a urbanização, só acontece devido a mobilidade do arranjo do espaço, devido o avanço técnico e os intercâmbios de pessoas, objetos e informações entre os territórios, fato esse que propicia a redistribuição das posições geográficas e instaura uma nova relação entre campo e cidade. Essa redistribuição se efetiva por meio de três momentos: a industrialização e o conseqüente esvaziamento do campo; o desenvolvimento das relações fabris que, em suma, corresponde ao desenvolvimento das próprias relações de produção capitalistas; e, por último, o transbordamento das relações industriais para o campo.

Claro, a efetivação destas três fases da prática espacial da urbanização tem nos agentes do espaço urbano os seus mediadores. Vejamos, enfim, como age cada um:

i) **Os proprietários dos meios de produção:** sua ação, junto a do agente Estado, extrapolam a produção do espaço urbano especificamente e se inscrevem, antes de tudo, na base da própria construção geográfica das sociedades. São eles os primeiros responsáveis pela prática da seletividade numa sociedade capitalista, seletividade essa que corresponde a própria montagem dos primeiros elementos estruturais do espaço. A escolha de um lugar para a localização de uma indústria, observando vantagens locacionais (baixos custos com impostos, insumos e mão-de-obra), por exemplo, constitui-se num ato de seletividade. Essa ação quase sempre tende a determinar (não de maneira definitiva) as localizações dos demais elementos do espaço na superfície, tais como serviços à produção, infraestruturas, habitações para os

trabalhadores etc. E se levarmos em consideração apenas as repercussões de suas ações no âmbito da produção do espaço urbano, ainda assim não deixa de ter uma importância basilar, pois pelo fato de estarem ligados diretamente às atividades produtivas modernas esses agentes são os primeiros responsáveis pela formação do urbano. Por fim, devido a grandeza de suas atividades, tais agentes quase sempre impõem seus interesses sobre os demais, direcionando e ordenando as tensões espaciais à uma ordem específica, aquela que reproduz as condições de sua hegemonia.

ii) Os proprietários fundiários: donos do solo da cidade, agem no intuito de obter a maior renda fundiária de suas propriedades. Seus interesses podem conflitar com o dos proprietários dos meios de produção, haja vista que esses últimos não almejam o encarecimento do solo, pois isso significaria a perda de vantagens locacionais. Pelo fato de agirem a favor da venda do solo, os proprietários de terras são os responsáveis pela transformação da própria cidade em mercadoria, enaltecendo, dessa forma, os valores-de-troca dos territórios citadinos, e não seus valores-de-uso. São responsáveis também pela expansão da malha urbana.

iii) Os promotores imobiliários: são responsáveis pela incorporação, financiamento, estudo técnico, construção física dos imóveis urbanos e comercialização destes. Os promotores imobiliários complementam a tarefa de mercantilização da cidade realizada pelos proprietários fundiários ao atribuem valor-de-troca aos territórios citadinos. Além disso, eles são responsáveis pela produção de outras formas espaciais sobre esses territórios urbanos, observando também vantagens locacionais, fato que pode fazer conflitar seus interesses com os interesses dos proprietários fundiários. A repercussão espacial de suas ações é também basilar, na medida em que a especulação decorrente de sua atuação determina a localização daqueles que não possuem condições econômicas para adquirir um imóvel.

iv) O Estado: Como dito, a atuação do Estado extrapola a produção do espaço urbano, estando na base da organização geográfica da sociedade. O Estado é um dos maiores responsáveis pela constituição das regras que ordenam a tensão estrutural do espaço, sua função é garantir a coabitação. É intrínseco à sua ação, mesmo diante da aparente neutralidade, o direcionamento das relações societárias para uma ordem específica que diz respeito a algum interesse dos demais agentes do espaço urbano. O ordenamento operado pelo Estado, nesse sentido, corresponde ao processo por meio do qual as relações entre as posições geográficas são direcionadas a um arranjo específico que pode, entre outras coisas, atender aos interesses específicos de um ou mais agentes.

v) Os organismos supra-estatais e financeiros: negligenciados por Correia (1995), esses grupos não são propriamente proprietários dos meios de produção, muito menos incorporadores imobiliários, mas uma mistura dos dois e que geralmente agem sem a regulação do Estado. Constituem-se, portanto, em articuladores socioespaciais que se realizam com vistas a cumprir interesses corporativos. Correspondem aos grandes grupos supra-estatais ou grupos financeiros, empreendedores urbanos, promotores de mega-eventos esportivos etc. Sua ação é essencialmente abstrata, pois não agem diretamente na produção do espaço, necessitando dos demais agentes para a concretização de seus interesses. Nesse momento de hegemonia do capital financeiro, sua atuação tende a ser, as vezes, mais hegemônica do que a dos proprietários dos meios de produção, por conta do fato de geralmente sobrepor seus próprios interesses acima da capacidade de regulação dos Estados.

vi) Os consumidores: “gigantes adormecidos”, poderiam se constituir no grande agente hegemônico na produção do espaço urbano, mas se encontram imersos ideologicamente na insustentável sociedade de consumo hoje vigente. Esses agentes é que possibilitam a efetivação dos interesses dos proprietários dos meios de produção e dos

incorporadores imobiliários, tendo sua localização determinada por uma combinação variável de preço dos produtos imobiliários e exigências/necessidades de consumo habitacional.

vii) **Os grupos sociais “excluídos”**: Até aqui chamados de “excluídos”, correspondem, como dito no início desse escrito, aos grupos de indivíduos cujas condições de vida são socialmente precarizadas pela urbanização. Não há, pois, excluídos de fato no espaço urbano, mas apenas aqueles que tiveram embargada a possibilidade de construir seus territórios de vida por conta da atuação dos demais agentes. Sua ação política, todavia, trás o germe de um resgate profundo da cidade enquanto lugar da política. Sobre a ação desses grupos é que nos debruçaremos nesse próximo item.

4 Os “excluídos” em movimento

Os “excluídos”, ou precarizados pela urbanização, ou como Souza (2011) prefere denominar: “hiperprecarizados”; são os responsáveis pela resistência da cidade contra a destruição criativa da urbanização. Sua ação, todavia, não decorre apenas das condições de precariedade material impostas pela urbanização capitalista, mas também pela necessidade de afirmação diante de uma realidade que nega o diferente e os ritmos de vida arraigados nos lugares, que nega também a cidade e o homem enquanto projeto social.

Sua ação diz respeito a auto-construção de moradias em determinados territórios da cidade (geralmente os mais inóspitos), a ocupação de terrenos particulares baldios ou que simplesmente não cumprem sua função social, a ocupação de espaços e terrenos públicos etc. Quando adquirem organização e direcionamento político, tais práticas extrapolam o agir oportuno e adquirem um caráter propositivo. Ao propor uma melhor distribuição social e igualdade de acesso às benesses do viver urbano, esses grupos forjam a reconstrução da cidade enquanto locus da política. Mesmo não atacando as raízes dos problemas urbanos, não indo ao cerne das condições que os determinam, a ação desses grupos possuem uma capacidade transformadora, pois toda luta social é uma manifestação particular da transversal luta de classes, enredo da urbanização capitalista.

Esses grupos, então, sempre possuíram uma elementar importância na organização do espaço de diversas cidades brasileiras. Em Recife, suas práticas remontam o início do século passado, tendo por base os conjuntos de insatisfações sociais circunscritas numa base territorial que poderia ser um bairro, uma favela, ou uma região da cidade. Foi dessa forma que surgiram, por exemplo, ainda na década de 1930, a Liga dos Proprietários da Vila São Miguel, no bairro de Afogados, as Sociedades Mixtas Largo do Viveiro de Afogados, 30 de Setembro, Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios e as demais associações populares que não possuíam registro em cartório (CÉZAR, 1985; CASTILHO, 2002). Mais tarde, na década de 1970, insurgiu o *Movimento Terras de Ninguém* nos morros do bairro de Casa Amarela, concomitantemente a toda uma explosão de uma série de associativismo locais em diversos bairros e favelas da cidade. Esses movimentos de base microterritorial, simplesmente conhecidos como movimentos e/ou associações de bairro, cresceram em amplitude e força política em diversos momentos na história, obtendo diversas conquistas no âmbito do direito à cidade.

Na década de 1980, mediante o processo de enfraquecimento e término do Regime Militar, no âmbito nacional, esses grupos de ativismos urbanos adquiriram uma maior amplitude. É no contexto de construção e promulgação da constituição de 1988 que se fortaleceram as lutas sociais por moradia e se desenvolveu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). A luta, agora nacional, por uma cidade mais justa, só vai se materializar em um marco legal em 2001 com a instituição da Lei 10.257, popularmente

conhecida como Estatuto da Cidade. Através dela, uma série de instrumentos foram instituídos para planejar a cidade de modo a torná-la mais democrática.

Outras formas de lutas, todavia, insurgem mais recentemente na realidade urbana brasileira e recifense que, mesmo ainda operando na esfera da reprodução, passaram a empreender novas formas de ação política e modelos organizacionais. Tratam-se do surgimento de movimentos sociais urbanos especificamente de luta por moradia, os sem-teto ou sem-casa, que passaram a ocupar terrenos urbanos, construindo suas precárias moradias com madeiras, lonas e restos de materiais de construção. Boa parte desses movimentos surgiram em Recife como uma espécie de resultado da fragmentação dos movimentos e associações de bairro, aproveitando a tradição de lutas acumuladas por lideranças desses movimentos, mas expandindo as reivindicações para além dos bairros. Outra parte desses movimentos insurgem periodicamente de forma mais espontânea, sem bandeiras, mas fortemente dotadas de uma força transformadora.

São esses grupos que tem feito resistir a cidade política, que em meio as contradições do urbano tem buscado se afirmar, fazendo com isso a reafirmação do homem na sociedade urbana. São eles que lutam por um espaço mais justo, levando a efeito um ordenamento onde a estrutura do espaço é estabelecida numa perspectiva dispersional e marcada por relações simétricas entre localizações múltiplas e equivalentes. Da ação deles é que é possível desencadear, no bojo do ordenamento territorial hegemônico em nossas cidades (e quem sabe um dia, com vistas a supera-lo), a construção de uma sociedade comunitária, pois como diz Moreira (2007), não há uma só forma de ordenamento dentro de cada sociedade.

5 Considerações finais

O urbano, enquanto um processo dinâmico que surge na cidade, mas que não se limita a ela, constitui-se num fenômeno inacabado que toma forma com a própria modernização capitalista. Da cidade, o urbano conquistou o campo e seu processo de constituição passou a corresponder ao de todo espaço social. Nas cidades brasileiras esse processo tem início ainda no período colonial, mesmo que de maneira aspirante. Todavia, intensifica-se no início do século XX quando da industrialização dos principais centros, sobretudo da cidade de São Paulo. Em Recife, entretanto, tal processo é primeiramente protagonizado pelos detentores de terras enxutas citadinas e pelo urbanismo, mas é intensificado com a industrialização e o forte crescimento populacional de meados do século XX.

Partícipes nesse processo, os grupos socioespaciais “excluídos” geralmente agem de maneira oportuna, algumas vezes contribuindo com o processo de urbanização, outras vezes resistindo a ele. No entanto, sua ação oportuna, mesmo em respaldo a urbanização, já se constitui numa forma de resistência, afinal a territorialidade daqueles que são destituídos da possibilidade de se localizar no espaço, a revelia das determinações vigentes, já se constitui numa luta contra-hegemônica. Quando a ação desses agentes adquire o status de luta organizada (que significa a intensificação das tensões espaciais), logo passam a protagonizar o ordenamento (ou mesmo idealizar um outro). Em Recife isso passou a ocorrer quando os movimentos sociais urbanos, através de sua luta, passaram a permanecer em seus assentamentos, algo que foi garantido pela conquista de instrumentos como a usucapião, o PREZEIS e alguns programas de provimento da habitação popular fruto de lutas históricas. A ação desses grupos, portanto, possui a possibilidade de resgatar a cidade enquanto lugar da política.

6 Referências

BITOUN, J. **Impactos Socioambientais e Desigualdade social**: vivências diferenciadas frente à mediocridade das condições de infra-estrutura da cidade brasileira: o exemplo do Recife. In: MENDONÇA, F. Impactos socioambientais urbanos. Editora da UFPR. Curitiba, 2006.

_____. **Movimentos Sociais Urbanos e Trajetória do Urbanismo**. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, N° 11, V. 7, 67-77, 2010.

CASTILHO, C. J. M. **Movimentos Sociais Urbanos e Construção do Espaço Cidadão em Lugares Pobres do Recife/PE**: uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. *Revista de Geografia*, Recife: UFPE-DCG/NAPA, N° 2, V. 19, 29-61, jul/dez, 2002.

_____. **Processo de Produção Desigual do Espaço Urbano**: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “cidade à realização plena da vida humana”! *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, N° 10, V. 5, 95-113, 2011.

CÉSAR, M. C. **As Organizações Populares do Recife**: trajetória e articulação política (1955-1964). Caderno de Estudos Sociais. Recife: FUNDAJ, 1985.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

LEFEBVRE, H. **La Revolution Urbaine**. Paris: Gallimard, 1970.

_____. **De Lo Rural a Lo Urbano**. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. **O Direito à Cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

MOREIRA, R. **As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades**. *Revista GEOgraphia*, Niterói, N° 3, V. 5, 59-69, 2001.

_____. **O Espaço e o Contra-espço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton (Org). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 72-108.

MUMFORD, L. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

MONTE-MÓR, R. L. **O Que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

SOUZA, M. L. **A Cidade, a Palavra e o Poder**: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, 147-166.